
O TEMPO

E A CIDADE

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

No livro *O tempo e a cidade*, as antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert apresentam uma síntese do longo trabalho de pesquisa que ambas vêm desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, no campo da Antropologia Visual (NAVISUAL – Núcleo de Antropologia Visual) e na constituição de um banco de imagens ou museu virtual da cidade (Banco de Imagens e Efeitos Visuais – BIEV).

O livro tem uma afetiva abertura intelectual de Ruben Oliven e oito capítulos que podem ser lidos como ensaios autônomos, embora apresentem grande unidade ao problematizarem os dilemas colocados diante do olhar do antropólogo e suas possibilidades de construir uma narrativa interpretativa da complexidade da sociedade urbana brasileira contemporânea em sua pluralidade, polifonia e nas múltiplas temporalidades imbricadas em seu fazer social cotidiano.

Com *A Retórica de um Mito: “Brasil, um País sem Memória”*, o livro começa com uma discussão teórica sobre o problema da temporalidade da sociedade brasileira e sobre a necessidade de pensar a experiência da ruína, problematizando o discurso da modernidade e compreendendo as particularidades da experiência da sociedade brasileira no tempo como

um dilema. Pensar a experiência da memória da sociedade brasileira é pensar a experiência de um tempo caótico, com as ruínas da modernidade, e trabalhar com esse dilema teórico aliado a um trabalho etnográfico que aborde as artes do fazer cotidiano em suas múltiplas camadas temporais e em suas tensões.

No capítulo O Antropólogo na Figura do Narrador, as autoras discutem a morte do narrador tradicional e a necessidade de o antropólogo tornar-se um novo tipo de narrador que pratique as artes de ouvir para recuperar a riqueza das experiências e das artes de dizer do outro no cotidiano das grandes metrópoles.

Em Elipses Temporais e o Inesperado, etnografando a cidade, as autoras confrontam a discussão teórica e metodológica dos dois capítulos anteriores com a pesquisa etnográfica que vem se realizando no Navisual entre os alunos do PPGAS da UFRGS. Trata-se de uma síntese de pesquisas de campo sobre a experiência da violência, do medo, da insegurança e das ruínas do tempo no espaço urbano, que originaram vídeos etnográficos (alguns deles premiados em festivais nacionais).

Já no capítulo A Cidade como Objeto Temporal, propõe-se uma crítica a uma perspectiva linear e evolutiva para interpretar a trajetória da sociedade brasileira urbana no tempo, apontando a necessidade de se discutir a multiplicidade de experiências sociais envolvidas no fenômeno da construção-destruição dos espaços urbanos que produzem uma estética peculiar do espaço urbano visto como caos. A experiência da diversidade e da coexistência de diversos tempos no espaço urbano (de durações), como produto dinâmico de uma prática de destruição e reconstrução nas periferias das cidades brasileiras, aponta para uma vontade de estar junto do para o vitalismo da vida coletiva contra os discursos ordenadores e disciplinadores da modernidade e de planificação da experiência coletiva do urbanismo moderno.

Em Nos Jogos da Memória, as Curvaturas do Tempo, as autoras revisam a discussão fundamental sobre tempo

e memória através de autores clássicos como Bergson, Benjamin, Proust, Halbwachs e Gilbert Durand, para superar a discussão sobre um tempo perdido e uma memória reencontrada em direção da compreensão de que a memória “é a consolidação de um tempo ondulante e lacunar, fenômeno complexo e profundo que recria, por sua vez, uma hierarquia na essência do ser e que não pode ser reduzida à pura intuição do tempo...” (p. 108).

A problematização do método etnográfico e do lugar do antropólogo em sua interação com o outro é o tema do capítulo A interioridade da experiência temporal como condição da produção etnográfica. O objetivo das autoras nesse capítulo é discutir o método etnográfico em relação ao tema da identidade narrativa do antropólogo e o problema de sua identidade pessoal na direção de uma ética da ação. Para tanto, realizam uma discussão das diferentes perspectivas dos clássicos da antropologia até chegarem ao momento atual e discutirem o que seria uma “crise do ato etnográfico” diante da perspectiva pós-moderna.

Após o balanço crítico da bibliografia sobre a questão da memória e o questionamento do método etnográfico, nos dois capítulos anteriores, as autoras retornam a questão do tempo no capítulo Imagens do Tempo: por uma Etnografia da Duração. Dialogando com as obras de Bergson, Piaget, Durand e Bachelard, as autoras problematizam as estruturas que conformam a consciência do real e colocam em relevo a centralidade da contínua invenção temporal – com sua vibração, suas hesitações, suas lacunas – em relação ao fenômeno da memória.

O livro conclui os movimentos circulares dessa reflexão sobre o tempo, a cidade, a memória e o ato etnográfico no capítulo A Cidade, o Tempo e a Experiência de um Museu Virtual, que aborda a experiência da criação do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV). Nesse capítulo, as autoras refletem sobre a questão da imagem, as possibilidades e os limites da interatividade do “espectador”, diante da tela de seu computador, ao acessar um museu virtual de imagens da

cidade. Novamente se coloca a questão da experiência temporal na cidade e as possibilidades de (re)construção de mapas mentais e percursos na cidade através da etnografia de micronarrativas (poética do detalhe, de uma estética do fragmento) que permitem refletir sobre a complexidade das macronarrativas. Nesse sentido, segundo as autoras,

a cidade é concebida como um objeto temporal [que] possui a possibilidade de absorção de todas as histórias dos grupos humanos que por ali passaram tanto quanto de dissolução de seus signos culturais, os quais se tornam, aqui, objetos etnográficos, ou seja, pré-textos para a geração de novas histórias a serem narradas (p. 161).

Para concluir, é importante dizer que as imagens fotográficas e “fotomontagens” que acompanham o texto são também narrativas que devem ser lidas e interpretadas como busca de flagrarem a diversidade da experiência temporal, as camadas de tempo e a polifonia da sociedade urbana brasileira contemporânea.

Com essa obra, as autoras mais do que oferecerem uma proposta teórico-metodológica fechada para a experiência etnográfica da sociedade urbana brasileira contemporânea, propõem uma arqueologia do saber antropológico e um inventário de problemas a serem confrontados numa prática criativa e desafiadora de pesquisa etnográfica nas cidades brasileiras atuais.

CHARLES MONTEIRO

Doutor em História Social (PUCSP/Lyon 2), Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS e Vice-Coordenador do Centro de Pesquisa em Imagem e Som (CPIS/PPGH/PUCRS).

OS CAMINHOS

DO PATRIMÔNIO

NO BRASIL

LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. *Os caminhos do patrimônio no Brasil*. Goiânia: Alternativa, 2006.

Não são comuns livros sobre patrimônio, no Brasil, e tanto menos aqueles que se dispõem a tratar do tema com base numa abordagem interdisciplinar, característica primeira e marcante do volume organizado pelos professores da Universidade Católica de Goiás, Lima e Bezerra. O volume articula-se em torno de duas grandes perspectivas nem sempre bem conhecidas, em nosso país, sobre as questões patrimoniais: a Antropologia e a Arqueologia. Por motivos históricos muito concretos, há uma forte tradição arquitetônica que terá muito a ganhar com a incorporação das reflexões antropológicas e arqueológicas que, ademais, dominam esse campo de estudo há algumas décadas, mundo afora (FUNARI; PELEGRINI 2006). Trata-se, pois, de uma contribuição mais do que bem vinda, ao permitir um *aggiornamento* tão necessário.

Seis capítulos compõem a vertente antropológica, e quatro, as reflexões arqueológicas. A própria separação entre ambas as disciplinas, Antropologia e Arqueologia, trai as especificidades epistemológicas dessas ciências no Brasil, pois a tradição norte-americana, que inclui a Arqueologia na Antropologia, em nosso país contrasta com o influxo europeu predominante que atribui à História o âmbito arqueológico (FUNARI 2003). Os capítulos dedicados às abordagens an-

tropológicas tratam de temas de interesse teórico amplo, que extrapolam os estudos de caso e contribuem para o tratamento de questões tanto sobre a episteme, como sobre a práxis patrimoniais. Nesses capítulos, são agenciados autores fundamentais, mas nem sempre bem conhecidos dos patrimonialistas nacionais, como Edward Said, Marshall Sahlins, Walter Benjamin, Clifford Geertz, os pensadores da Escola de Frankfurt, além de clássicos como Durkheim, Mauss, Lévi-Strauss, entre outros. Os capítulos arqueológicos mencionam autores como Bourdieu, Foucault, Paulo Freire, Gramsci, de modo que se pode afirmar que há uma saudável preocupação com a teoria social, fundamento da reflexão patrimonialista crítica (MURTY; MURTY 2002).

Manuel Ferreira Lima Filho ressalta, em original estudo comparativo do patrimonialismo brasileiro em Ouro Preto e americano em Williamsburg, como a cidade, enquanto objeto cultural, é alvo de tensões, assim como Jane Felipe Beltrão enfatiza os conflitos e assimetrias (MATHERS; DARVILL; LITTLE, 2005). Ronaldo Rosa dos Santos Júnior volta-se para o importante, mas negligenciado campo das crianças e o patrimônio cultural, com base num estudo de caso, em Goiânia. Alexandre Fernandes Corrêa também se dedica à educação patrimonial, em perspectiva crítica. Recua até à Grécia antiga para dar sentido às práticas de uso do passado e propõe um resgate da cidadania, em contraste com as posturas normativas e conservadoras, tão comuns na época da ditadura militar (1964-1985) e defendidas pelos epígonos daqueles idos. Maria Eunice Maciel demonstra como também a culinária identitária, como no caso a gaúcha, constitui um terreno de embates. Elaine Cantarino O'Dwyer conclui a sessão antropológica com um apanhado sobre identidades étnicas e os quilombos, a favor de uma leitura menos reducionista (contra Richard Price) da experiência de vida em comunidade.

Solange Bezerra Caldarelli mostra que as pesquisas arqueológicas resultantes de imposições legais, por meio de contratos, podem contribuir para a valorização do patrimônio.

Gilson Rambelli trata de tema patrimonial de importância capital, mas nem sempre na alçada administrativa dos órgãos de defesa do patrimônio, como são os bens submersos. A partir de reflexões teóricas das últimas duas décadas, na Arqueologia e nas Ciências Sociais, Rambelli mostra como ainda se perdem informações sobre o patrimônio cultural subaquático no Brasil. Jorge e Rosana Najjar relacionam Educação e Arqueologia e, assim como Rambelli, questionam a noção de ciência neutra em busca da valorização da diversidade. K. Anne Pyburn e Márcia Bezerra partem da consideração de que a Arqueologia Pública é o lugar, por excelência, da auto-reflexão da disciplina e relatam a experiência original de uma oficina sobre gerenciamento do patrimônio cultural. Um dos participantes resumiu o sentimento coletivo, ao afirmar que “você mostraram que a Arqueologia é uma coisa viva!”.

Os caminhos do patrimônio, no Brasil, não podem ser dissociados de sua dimensão propriamente cultural. Laraia (1994) ressaltava, há algum tempo, os efeitos deletérios da disjunção da Antropologia Física e da Arqueologia, de um lado, da Antropologia Cultural de outro: referia-se, no caso, ao início do século XX, da censura a Franz Boas, por parte da Associação Americana de Antropologia (PATTERSON, 2001). O estudo do patrimônio tampouco pode ser desvinculado da cultura e das dimensões éticas, em particular no contexto da valorização da diversidade, no mundo pós-moderno. O Brasil apresenta particularidades, em razão das estruturas hierárquicas e das relações patriarcais que reforçaram as desigualdades sociais e o mandonismo de matizes aristocráticos, antes que burgueses. O patrimônio foi definido, em grande parte, tendo em vista o elogio das elites e do seu legado, pouco reconhecido pelas imensas maiorias que não se reconhecem nas casas-grandes, fazendas, cerâmica de aparato e toda uma pletera de estilos sofisticados e eruditos.

Nas últimas décadas, a cultura, como conceito antropológico que não se restringe à elite, passou a determinar, no cenário mundial, aquilo que, erigido como patrimônio, pode tornar-se bem significativo para os grupos sociais. Mais

do que ensinar a beleza ao povo ignaro, passou a valorizar-se a interação com as comunidades, tanto locais como de interesse. Valorizou-se tanto a infinidade de bens imateriais – da culinária à música (BROWN, 2005) –, como a cultura material de indígenas, quilombolas, mulheres, de uma infinidade de grupos nem sempre bem representados nos discursos instituidores do patrimonialismo nacional. A publicação de *Os caminhos do patrimônio do Brasil* contribui para o aprofundamento das discussões sobre um tema que adquire cada vez mais relevância.

Agradecimentos

Agradeço a M.F. Brown e B. J. Little. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

Referências

BROWN, M.F. Heritage trouble: recent work on the protection of intangible cultural property. *International Journal of Cultural Property*, v. 12, n. 1, 2005, p. 40-61.

MURTY, M.N.; MURTY, S. Cultural heritage, a fusion of human skill capital and social capital, *Discussion Papers*, v. 60, Dehli, 2002.

FUNARI, P.P.A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P.P.A; PELEGRINI, S. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

LARAIA, R.B. *Ética e antropologia, algumas questões*. Série Antropologia, Brasília, n.157, 1994.

MATHERS, C.; DARVILL, T.; LITTLE, B.J. *Heritage of value, archaeology of renown*. Gainesville: University Press of Florida, 2005.

PEDRO PAULO A. FUNARI

Professor no Departamento de História do IFCH da Unicamp.
Coordenador-Associado do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/Unicamp).

ÍNDIOS DE GOIÁS:

UMA PERSPECTIVA

HISTÓRICO-CULTURAL

OSSAMI DE MOURA, M. C. de (Org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG; Vieira; Kelps, 2006.

O livro *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*, coordenado pela antropóloga Marlene Ossami de Moura, reúne pesquisadores que, com base em distintas áreas do conhecimento, traçam um amplo panorama da história dos grupos indígenas de Goiás valendo-se dos dados arqueológicos, históricos e etnográficos. Dividido em quatro capítulos, o livro percorre não apenas parte significativa da trajetória da ocupação de Goiás, mas a própria história do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás ao qual se filiam os autores do livro.

Na introdução, Roque Laraia aponta a preocupação da coordenadora do livro quanto à importância do olhar da Arqueologia. Segundo ele, o projeto inicial voltava-se exclusivamente às populações indígenas, entretanto, o entendimento da necessidade de uma abordagem temporal mais extensa implicou a participação da Arqueologia que, na verdade, figura em dois capítulos. Um é escrito por dois arqueólogos e o outro o escreve um antropólogo que dialoga com os dados arqueológicos ao tratar dos índios Karajá. A decisão de iniciar um livro sobre a temática indígena no Brasil com um capítulo sobre a pré-história contribuiu para a ainda tímida, mas crescente aproximação de duas comunidades acadêmicas –

Antropologia e Arqueologia –, tradicionalmente separadas em nosso país. Não obstante o fato de a arqueologia brasileira ser fortemente influenciada pela arqueologia norte-americana, ou seja, por uma tradição que entende a Arqueologia como um dos campos da Antropologia, as duas disciplinas, poucas vezes, se encontram, seja em publicações, seja em reuniões científicas ou mesmo na constituição de problemas a serem investigados. As exceções existem e têm se revelado proveitosas para ambas as disciplinas; o livro *Índios de Goiás* é uma destas parcerias bem sucedidas.

No capítulo primeiro – Breve Histórico da Arqueologia de Goiás –, os arqueólogos Paulo J. Mello e Sibeli Viana fazem uma interessante leitura crítica das pesquisas realizadas em Goiás nas últimas décadas, enfatizando questões teórico-metodológicas com base nos projetos desenvolvidos por várias gerações de arqueólogos ao longo de 30 anos. Seguindo a abordagem pretendida no livro, explicitada no seu subtítulo, os autores apresentam um quadro histórico-cultural da ocupação pré-histórica de grupos de caçadores-coletores e de grupos ceramistas em Goiás.

O capítulo segundo – A Chegada do Colonizador e os Kayapó do Sul – é escrito pelo historiador Jézus Marco de Ataídes que, ao longo de sua carreira, vem se dedicando à compreensão da dinâmica cultural dos Kayapó do Sul. O capítulo refere-se a questões importantes para a história de Goiás, na medida em que esta parte do centro-oeste foi uma das primeiras a ser alcançada pelos bandeirantes e ainda pelo fato de que os Kayapó do Sul foram os prováveis habitantes do espaço que hoje é ocupado pela cidade de Goiânia. Interessante observar que Ataídes esquadrinha os caminhos das bandeiras por meio de fontes históricas, mas deixa nas entrelinhas o seu interesse pela cultura material. Muito embora não tenha sido de forma sistemática, há, por todo o texto, a menção ao repertório material dos bandeirantes. O capítulo é um dos desdobramentos das pesquisas do autor apresentadas em obra publicada em 1998 (ATAÍDES, 1998).

O capítulo terceiro – Os Grupos Indígenas do Estado de Goiás – está subdividido em três seções: *Avá-Canoeiro*,

Karajá de Aruanã e Tapuios do Carretão e desenha o panorama da ocupação indígena em Goiás. Segundo Laraia, o estudo da reduzida população indígena do Estado não tira o mérito do livro, tendo em vista que os três únicos grupos existentes são representantes de um “passado grandioso que faz parte da tradição de Goiás”. Cabe lembrar que a maior parte dos grupos indígenas que ocupava, décadas atrás, o território goiano ficou no Estado do Tocantins, em decorrência de sua criação no ano 1988. Isto quer dizer que, para estudar os índios de Goiás, é preciso referir-se aos grupos que hoje habitam o Tocantins. No entanto, a coordenadora do livro optou por concentrar o olhar naqueles que partilham, no presente, o espaço que constitui o Estado de Goiás. Um dos aspectos importantes deste capítulo – e do livro como um todo – é o de tratar da temática indígena que, nos últimos anos, vem atraindo cada vez menos pesquisadores, sobretudo os da Antropologia.

O capítulo inicia-se com o texto de Dulce Pedroso, historiadora que há vários anos se dedica ao estudo dos Avá-Canoeiro. Por meio de fontes históricas, entrevistas e documentos de órgãos do governo, como a Funai, Pedroso expõe o processo de dispersão e redução dos Avá-Canoeiro desde o século XVIII até o século XXI, o que pode ser acompanhado através de mapas que indicam a dinâmica de movimentação deste grupo por quase 300 anos. A escassez de fontes sobre os Avá-Canoeiro torna o texto de Pedroso uma importante contribuição para o conhecimento do grupo que a pesquisadora estuda ainda hoje.

O segundo artigo que compõe este capítulo promove um benéfico diálogo entre Antropologia e Arqueologia, o que ocorre em razão da trajetória profissional do autor e porque há a possibilidade de correlação entre grupos indígenas atuais e grupos arqueologicamente caracterizados. É o caso dos Karajá de Aruanã estudados por Manuel Lima Filho, antropólogo, que, no início de sua formação, trabalhou com a equipe de Arqueologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. Lima Filho retoma o diálogo entre dados etnográficos e dados arqueológicos iniciado pela arqueóloga Wüst (1975) com base em estudos etnoarqueológicos sobre a cerâmica carajá.

No Brasil, houve inúmeras tentativas, nem sempre bem sucedidas, de correlação entre cultura material arqueológica e grupos indígenas, revelando, por um lado, a complexidade teórico-metodológica na demonstração desta associação e apontando, por outro lado, o diálogo entre as duas disciplinas como um caminho promissor para o entendimento do passado a partir do presente e vice-versa.

O último artigo deste capítulo é de autoria da coordenadora do livro, Marlene Ossami de Moura, e trata dos Tapuios do Carretão. Ossami de Moura (2000), cuja tese de doutorado discute o “processo de emergência étnica” dos tapuios apresenta um panorama do grupo, considerando desde a sua própria constituição, a partir de outros quatro grupos – Xavante, Xerente, Kayapó do Sul e Karajá –, até as políticas indigenistas implantadas em Goiás. A autora reflete sobre a organização social e econômica dos tapuios – o maior grupo indígena do Estado – e sua relação com a terra considerada “patrimônio mítico” e elemento essencial para a perpetuação do grupo. É uma questão fundamental para Ossami de Moura que tem atuado, incansavelmente nesta direção.

O Capítulo Quarto: A Construção do Conceito de Olhar: acervo de imagens do IGPA – encerra o livro e é escrito por duas especialistas em Antropologia Visual, Maria Eugênia Nunes e Mariza Barbosa (arqueóloga), que conduzem o leitor a um agradável passeio no tempo, uma espécie de “arqueologia” das pesquisas acadêmicas executadas pelo Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. As autoras discutem a importância das imagens nas Ciências Sociais e apresentam o repertório imagético de quinze projetos de Arqueologia realizados pelo IGPA, ao longo de trinta anos, assim como os acervos fotográficos que registram inúmeras pesquisas desenvolvidas com os três grupos indígenas tratados no livro. É possível acompanhar a história da pesquisa arqueológica em Goiás por meio de imagens que retratam os primeiros pesquisadores, as diversas equipes, os inúmeros sítios arqueológicos, as técnicas de campo utilizadas, a infra-estrutura dos trabalhos de campo, enfim, registros que fazem parte da documentação dos sítios

arqueológicos estudados e que, cada vez mais, têm merecido atenção dos pesquisadores. O acervo etnológico compreende sete coleções que representam, entre outros, o trabalho do documentarista Jesco Von Puttkamer durante trinta anos de convivência com mais de sessenta e um grupos indígenas brasileiros. O IGPA possui cerca de cento e vinte mil imagens que têm tido papel fundamental na compreensão da história cultural dos índios de Goiás, o que possibilita o aprofundamento futuro de reflexões importantes levantadas pelas autoras no decorrer do texto.

Um capítulo final que retomasse alguns pontos apresentados e discutidos enriqueceria ainda mais o livro, mas a sua ausência não compromete o trabalho.

Ao reunir oito pesquisadores de uma mesma instituição, Marlene Ossami de Moura não apenas compôs uma história dos índios de Goiás sob vários olhares, mas colocou em prática a vocação interdisciplinar do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural* é, ao mesmo tempo, um reflexo e um estímulo ao desenvolvimento constante de novos e profícuos diálogos acadêmicos.

Referências

ATAÍDES, J.M. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Ed. da UCG, 1998.

WÜST, I. – A Cerâmica Karajá de Aruanã. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia, v.2, nº2, 1975.

MOURA, M.C.O. Os Tapuios do Carretão: etnogênese de um grupo indígena do Brasil Central. In: *Habitus*. Goiânia, v.1, n.1, p. 9-38, 2003. Tese (Doutorado) – *Les Tapuios du Carretão: ethnogenèse d'un groupe amérindien de l'Etat de Goiás (Brésil)*.

MOURA, M. C. O. Université Marc Bloch de Strasbourg (France), 2000.

MÁRCIA BEZERRA

Professora na Universidade Católica de Goiás. Arqueóloga.

CIDADE DE PEDRAS E PALAVRAS

MELLO, M. M. *Goiânia: cidade de pedras e palavras*. Goiânia: Ed. da. UFG, 2006.

Com formação em Arquitetura e doutorado em Sociologia, Márcia Metran de Mello nos apresenta Goiânia e nos propõe um diálogo da arquitetura com a literatura. O seu livro *Goiânia: cidade de pedras e palavras* está dividido em duas partes: a cidade de pedras e a cidade das palavras distribuídas ao longo de 245 páginas.

Apesar de Goiânia possuir apenas 73 anos, a autora sugere a paciência e perspicácia de um garimpeiro para extrair diamantes da aparente totalizadora e homogênea forma urbana da cidade de Goiânia. Nem tudo é tão igual assim, para quem tem olhos para buscar o diferente. O método proposto é o de garimpar das linguagens (as palavras) e das formas materiais do urbano (arquitetura), ou seja, os significados das representações sociais que, conectadas com o tema do imaginário, conduzem o leitor ao imaginário urbano.

Com pesquisa realizada em 520 textos referentes ao ano de 2003, publicados por dois Jornais de Goiânia, com rico material fotográfico que compõe suas argumentações, a autora se apóia em autores teóricos sobre a cidade; autores da sociologia, da filosofia e da literatura. Márcia põe para conversar autores clássicos como Durkheim, Moscovici, Benjamin, Durand e Bachelard. O texto é muito bem escrito,

acessível, refletindo habilidade da autora com as letras. As páginas bem diagramadas do livro surpreendem o leitor já no início com a instigante proposta de ser a ema um tipo de totem humanizador, “esqueletizado” pelo sol do sertão/cerrado a marcar o ponto zero da cultura goianiense. Uma alusão mitopoética ao lugar em que tudo começou.

Nos dois primeiros capítulos introdutórios, a autora explora a tensão cidade/sertão e as nuances dos conceitos de modernização, modernidade e racionalização. Ela contextualiza a construção de Goiânia e sua inserção na história regional e nacional. Mostra que a nova capital não é o rompimento radical da antiga, cidade de Goiás, já que o próprio nome Goiânia nasce da palavra Goiás em desfavor de outras toponímias de origem indígena ou de natureza garimpeira. Portanto, a identidade dos goianos/goianienses brota da ambigüidade da negação e ao mesmo tempo da conservação de um núcleo anterior (tradições vilaboenses e de sertão) com referências identitárias próprias, conforme já foi analisado por Lima Filho (2003).

Na parte I, a cidade de Pedras, ao analisar os primeiros planos urbanísticos de Goiânia, Márcia revela com precisão a nítida influência da concepção barroca no plano de Atilio Correia Lima e sentencia: “Muito se especula, equivocadamente, sobre o plano de Goiânia. Consideram-no um plano *déco*, estilo que nunca se manifestou no urbanismo, ou até mesmo uma expressão plena do modernismo” (p. 45). Em sua análise espacial do primeiro plano da cidade, revelam-se as representações “Pé de Pato”, “Asterisco” e “Manto de Nossa Senhora Aparecida”. Seja concepção de arquitetos, seja representação social, as marcas simbólicas da nova cidade são apropriadas conforme o lugar da fala, como nos revela Bahktin (1992). Eis os primeiros xibius de Márcia refletindo faces sagradas da cidade.

Ao revelar os três momentos *déco* em Goiânia, a autora toca no tema da identidade e, mesmo não dialogando com autores que poderiam ter sido um referencial teórico importante para o desdobramento de sua análise, conclui sabia-

mente que *art déco* não foi “amorosamente” acolhida no imaginário popular que acabou perdendo a familiaridade com o estilo. Pesquisas na perspectiva antropológica, como a de Medeiros (2003) entre a primeira geração de pioneiros de Goiânia, e a de Lima Filho (2006) sobre a primeira rua de Goiânia, atestam que o *déco*, para além de qualquer apropriação do Estado, do *marketing* mobiliário, ou mesmo da mídia, não pode ser considerado o elemento central da identidade dos goianienses. Márcia nos mostra ainda que, de maneira interessante, os estilos neocoloniais, predominantes nas décadas de 1930, 1940 e 1950, foram muito bem aceitos pela população. O estilo persiste até hoje, sem alardes, propagandas e sem nenhuma ação positiva do poder público para conservar os exemplares mais antigos. A autora mostra como o estilo neocolonial está mais ligado às raízes tradicionais de morar de uma população identificada com o mundo rural (casa de fazenda), numa clara conexão com o mundo burguês, de aspirações sociais. Daí se explica o delicado terreno que os arquitetos modernistas de Goiânia pisaram, ao introduzirem as idéias novas de espaços compactos e principalmente de cozinhas pequenas: uma afronta à característica de sociabilidade dos goianos que recebem bem as pessoas pela cozinha. Por isso, o escritório projetado por um desses jovens arquitetos modernistas da cidade, para decepção dele, foi transformado em depósito de sacos de arroz (p. 134).

Na parte II, Márcia Metran de Mello recorta crônicas sobre Goiânia e percebe que a cidade é pouca pensada, ou melhor, pouco divulgada pelos intelectuais locais. Quando escrevem, eles transitam por entre o saudosismo de uma cidade rural e bucólica do passado, com característica de um elo perdido (grilos, rios, córregos, folhas, árvores) ou tematizam a violência, o trânsito caótico, a má educação das pessoas, a esterilidade da metrópole pela forma de morar em apartamentos, sem a biblioteca, como a enorme que me viu crescer na casa do Bairro Popular. As crônicas publicadas, embora válidas, não têm o mesmo sabor do controle de impressões da face a face, olhos nos olhos, silêncios, feições possibilitadas pela técnica

das entrevistas. Com a habilidade e sagacidade que tem, a autora, na segunda parte do livro, teria encontrado os mesmos diamantes da primeira parte, se tivesse optado pelo *vis-à-vis*. Nota-se com isso uma quebra de ritmo na leitura.

Mas as considerações finais retomam o fôlego da primeira parte, e Márcia reclama da falta de estruturas profundas em Goiânia, com seus córregos, rios, matas e bosques minimizados pela massa arquitetônica que homogeneiza seu tecido urbano, o que resulta em monotonia empoeirada e poluição visual das propagandas e dos *outdoors*. As fotos desse tema são um desconsolo. Sem recortes espaciais que lhes dêem destaques, os edifícios públicos se diluem no tecido da cidade: “nada além da arte *déco* é seriamente tomado como preservável” (p. 201), a não ser a primeira casa modernista, e eu acrescentaria os casarios das ruas 20, 24 e 15. A autora reclama da falta d’água em sua configuração espacial, símbolo universal de vida, de útero, dos lagos e fontes onde se possa, por fim, contemplar a cidade que nos gerou. Como um *flâneur* de Benjamin (1991), Márcia nos convida a revisitar nossos pontos de partida e de assujeitamentos, como faz ao resgatar a casa modernista de sua avó, sua ascendência árabe, a casa da vizinha Zozó, a Maria Louca da praça cívica ou o homem que arranca calos ao lado do bandeirante, no centro de Goiânia, cidade de pedras e palavras. A autora nos revela quem somos e ousa questionar para onde vamos.

MANUEL FERREIRA LIMA FILHO

Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professor na Universidade Católica de Goiás/IGPA.